



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais XX
Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Os BRICS na política global -
Um balanço de suas relações internacionais (2009-2019)**

Thiago Costa Silva

**Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Thiago Gehre

Brasília, 24 de junho de 2019

Resumo

O estudo dos BRICS vive uma crescente nos últimos anos, devido ao interesse mundial em desvendar quais as reais condições do grupo em se desenvolver como um ator relevante da política global. Com as reuniões de cúpulas e últimos passos do grupo visando intensificar sua unidade e realmente desenvolver políticas que auxiliem no crescimento do bloco e dos demais estados que se encontram em processo de desenvolvimento, o grupo tem buscado uma maior influência regional que os possibilite maior ascensão internacional. No entanto, os BRICS têm utilizado de ferramentas demasiadamente importantes para que a partir da unidade dos países envolvidos, muitos outros passos sejam dados para a inclusão e maior participação dos países emergentes no cenário global. Atualmente, além da participação dos chefes de estado, outras ações no campo da cultura, tecnologia, turismo, empresarial, etc, vem sendo desenvolvidas afim de oferecer aos países do bloco e demais países emergentes mais espaço a nível internacional.

Abstract

The BRICS study has been growing in recent years, due to the worldwide interest in unveiling the real conditions of the group to develop politically, economically and socially. With the summit meetings and last steps of the group aiming to intensify its unity and actually develop policies that will help the growth of the bloc and other states that are in the process of development, the group has sought a greater regional influence that will enable them to achieve a greater international rise. However, the BRICS has used tools that are too important for the countries involved to take many more steps to include and increase the participation of emerging countries in the global scenario. Currently, in addition to the participation of heads of state, other actions in the field of culture, technology, tourism, business, have been developed in order to offer the countries of the bloc and other emerging countries more space at the international level.

Palavras chave: BRICS, Relações Internacionais do Brasil, Política Internacional

Introdução

O termo BRIC foi criado pelo economista Jim O’Neill, em 2001, para referir-se aos quatro países que apresentarão maiores taxas de crescimento econômico até 2050” (Francisco 2010). Com isso, após a análise de crescimento econômico no mundo para os próximos cinquenta anos, chegou-se à conclusão de que Brasil, Rússia, Índia e China, eram os que mais se destacavam, podendo então, nas próximas décadas, chegarem ao topo da lista de maiores economias do mundo. Foi então, que se chegou a sigla conhecida como BRIC, que se refere aos países que ainda estão em processo de desenvolvimento e que segundo os estudos realizados no futuro serão maiores economicamente que o G6, composto por (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália).

O BRIC vai muito além de um jogo de letras a partir dos nomes de um grupo de países que se transformou em elemento de estudo e análise por pesquisadores e estudiosos, de algumas características em comum e interesses não apenas acadêmicos, mas também em um contexto de política internacional. O acrônimo só ganha vida na medida em houve um real esforço diplomáticos e iniciativas comerciais. De fato, o grupo foi visto durante boa parte de sua existência como bloco econômico, uma associação comercial formada por países com situações econômicas e índices de desenvolvimento parecidos e cuja união visa à cooperação para alavancar suas economias em escala global.

A partir de 2001, quando o economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O’Neill, propôs o acrônimo BRIC, esse termo rapidamente se tornou canal de estudos, simulações e projeções quanto a evolução futura no cenário internacional. Em meados do século 21, estavam dadas as condições para os governantes e representantes diplomáticos das 4 nações inicialmente envolvidas cogitarem um agrupamento político e diplomático, trazendo de certa forma, uma espécie de concorrência saudável ao grupo G8, que por sua vez, deveria buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação de políticas macroeconômicas, das principais economias do mundo.

Este artigo tem o objetivo de discutir o grupo BRICS e sua evolução histórica, trazendo as principais informações do mesmo no decorrer dos anos, desde sua formação oficial até os dias atuais. Traz também as principais agendas, discursões e

informações acerca das novas diretrizes e dos novos desafios dos países envolvidos, seja como grupo, seja como líderes regionais.

Para tanto está dividido nas seguintes partes. Primeiro, faz-se um apanhado da evolução histórica de BRIC a BRICS trazendo um resumo das principais articulações do grupo e da inclusão do “S” de South África na sigla original. Em seguida apresenta os principais balanços e desafios do grupo desde sua criação e retrata resumidamente a política externa de cada país, o que nos permite entender as peculiaridades existentes em cada um deles. Por fim, apresenta os principais tópicos da Declaração de Johannesburg, referente à reunião de cúpula ocorrida na África do Sul em 2018 e os principais tópicos da Agenda 2019, para a reunião que ocorrerá no Brasil em novembro deste ano.

1. Evolução Histórica – de BRIC a BRICS

Em meados de 2006 esse conceito daria origem a um agrupamento de políticas externas dos quatro países. Até este ano os países envolvidos ainda não estavam reunidos em um dispositivo que os permitisse articular de forma efetiva. Porém, com a reunião de Chanceleres dos quatro países ocorrida em 23 de setembro de 2006, durante a 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em Nova York – EUA, foi possível que esses começassem a trabalhar juntos.

Os BRICS têm se expandido no que se refere aos setores econômicos, político e sociais, e tem utilizado toda essa influência para atingir questões importantes do cenário mundial. Os líderes dos BRIC realizaram sua primeira reunião em Ecatimburgo - Rússia, no dia 16 de junho de 2009, para discutirem assuntos relacionados a situação da economia mundial dentre outros considerados importantes para o desenvolvimento global, como também a forma com que os BRIC poderiam aumentar o âmbito de sua colaboração como grupo. Ao final das discussões os países envolvidos chegaram a algumas conclusões que foram fundamentais para os primeiros passos dados pelos BRIC, e também definições de diretrizes que visavam dar suporte ao grupo (MRE, 2019).

Dentre os principais assuntos e decisões temos a ênfase dada pelos BRIC à importância do G-20 para a solução da crise financeira global, a posição de defesa dos

BRIC em relação à participação dos países em desenvolvimento, e inclusão destes no processo de reestruturação da economia mundial, demonstraram apoio a diversificação dos recursos e fontes de energia, incluindo a energia renovável, segurança das rotas de trânsito de energia, e a criação de novos investimentos e infraestrutura nesta área, reafirmaram o compromisso de aumentar a cooperação entre os países dos BRIC nas áreas de interesse social e no campo da ciência e educação, acordaram passos que visam estreitar os laços, promover o diálogo e a cooperação entre os países BRIC, dentre outros (MRE, 2019).

A segunda reunião foi realizada em Brasília – Brasil, em 15 de abril de 2010, onde os líderes de governo dos BRIC discutiram as principais questões da agenda internacional, e também deram continuidade na definição de medidas concretas a serem adotadas por eles no intuito de avançar na cooperação e coordenação dentro do BRIC (MRE, 2019).

A terceira reunião do grupo aconteceu em Sanya – China, em 14 de abril de 2011, essa reunião foi marcada pela entrada da África do Sul ao grupo, formando a partir de então a sigla atualmente utilizada BRICS, sendo o “S” atribuído ao nome em inglês do referido país *South Africa*. A inclusão foi baseada na importância econômica, influência deste em seu continente e também por sua construtiva atuação política em âmbito internacional.

A inclusão da África do Sul no BRIC, foi de tamanha importância principalmente porque desde então o grupo possui representatividade na maioria dos continentes globais. A partir da inclusão da África do Sul os BRICS puderam ser alternativamente chamados como os “Cinco Grandes”. Nesta reunião também foram tratados temas importantes como necessidade de reforma das Nações Unidas, alargamento da composição do Conselho de Segurança da ONU, condenação ao terrorismo e ampliação de parcerias voltadas para economia e finanças (BAUMANN, 2010).

O grupo se reuniu para a quarta cúpula em Nova Délhi na Índia, no dia 29 de março de 2012, tendo como tema para discussões “BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”, e foi inspirada no anseio de ambos os países em reforçar a parceria para o desenvolvimento comum, tomando como base a solidariedade, cooperação, compreensão e confiança mútuas (MRE, 2019).

A quinta cúpula ocorreu em 27 de março de 2013 em Durban na África do Sul, e teve como tema principal “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Essa reunião teve como marco a primeira participação da África do Sul em uma das cúpulas e o fim do primeiro ciclo de cúpulas, onde todos os países membros já haviam sediado uma reunião de Chefes de Estado. Dentre as principais diretrizes firmadas pelos países está a Declaração de eThekweni, que tem objetivo central reforçar a necessidade de um aprofundamento da parceria entre os membros do grupamento (MRE, 2013).

Entre 15 e 17 de julho de 2014 acontecia em Fortaleza – Brasil a VI Cúpula dos BRICS, sob o lema "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". Dentre os principais assuntos, alguns foram por demais importantes para os próximos passos do grupo e das parcerias por eles traçadas. Nesta foram assinados os acordos característicos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, além de tratar assuntos importantes voltados para a área de cooperação de crédito e inovação (NOTA 153 MRE, 2014).

Em Ufá – Rússia, foi realizada a VII reunião de cúpula, ocorrida em julho de 2015, sob o lema "Parceria BRICS – Um fator Pujante de Desenvolvimento Global”. Essa reunião foi marcada pela ratificação das ações voltadas para o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, onde ocorreram também as primeiras reuniões de conselho e diretoria do mesmo. Além disso, foram tratados temas voltados para a ampliação das parcerias comerciais e econômicas, como também, cooperação cultural entre os cinco países membros (NOTA 280 MRE, 2015).

A VIII cúpula, foi realizada em Goa – Índia entre os dias 15 e 16 de outubro de 2016, e tinha como lema principal "Construindo Soluções Inclusivas e Coletivas". Um dos principais temas tratados foi a recuperação da economia mundial, mas também outros importantes assuntos foram tratados com a finalidade de estreitar os laços e diminuir as divergências entre os mesmos. Assuntos voltados para o crescimento econômico, responsabilidade fiscal e social e combate ao terrorismo também estiveram em epígrafe (NOTA 392 MRE, 2016).

Na cidade de Xiamen – China, entre os dias 3 e 5 de setembro de 2017, foi realizada a IX reunião, tendo como lema "BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante". Esta reunião teve como marco o início da segunda década dos BRICS,

e também o aprofundamento das perspectivas de afinamento das cooperações voltadas para a área financeira, comercial e de investimentos. Um outro assunto de importância relevante tratado nesta reunião está voltado para implementação dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (NOTA 300 MRE, 2017).

Entre os dias 26 e 27 de julho de 2018, realizou-se, em Joanesburgo - África do Sul, a X cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS. Esta foi um marco dentre as reuniões anteriormente ocorridas. Isso pelo fato de que mais de 20 nações convidadas participaram da mesma, o que deixou clara a real vontade estratégica dos BRICS em ampliar parcerias e laços com países emergentes, principalmente os da África (REVISTA EXAME, 2018).

Os países destacaram a importância do trabalho em conjunto para se atingir objetivos, visando o multilateralismo e livre comércio além de também ampliar os benefícios a todos os BRICS e também aos demais países. Dentre os importantes consensos firmados dentro da reunião está a real necessidade de se investir no desenvolvimento dos países africanos que conseqüentemente trariam melhores possibilidades, infraestrutura, industrialização e qualidade de vida. No decorrer da reunião, além dos assuntos de cunho político e econômico foram tratados também temas como paz, segurança, além de temas voltados a cultura, turismo e esporte rica (REVISTA EXAME, 2018).

Como não poderia faltar, essa reunião tratou também sobre as diretrizes do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), onde foi definido uma nova sede para este que será localizada em São Paulo, capital rica (REVISTA EXAME, 2018).

O líder sul-africano presidente Cyril Ramaphosa, encerrou a reunião com a seguinte declaração, “ao final, queremos ver um mundo que funcione sobre a base da cooperação, das soluções de mútuo benefício, a colaboração e a solidariedade”, que resume bem os importantes passos dados pelo grupo diante dos desafios da atualidade rica (REVISTA EXAME, 2018).

A XI reunião acontecerá no Brasil, e terá como destaque em suas agendas de discussão o combate ao terrorismo que vem sendo um dos principais problemas pelos quais os países tem sofrido, o multilateralismo também estará em pauta inclusive

buscando uma maior igualdade, transparência nas ações relacionadas ao comércio, buscando uma maior participação de todos os países no comércio internacional.

Como já é de conhecimento da comunidade internacional, a junção de interesses e iniciativas dos governantes dos BRICS esta tornando-o fortemente reconhecido, o fato é que as reuniões de cúpula que já ocorreram nos últimos anos, marcam um passo importante para se atingir quaisquer objetivos por eles traçados, principalmente no que tange a responsabilidade social, economia, política, e demais aspectos decididos coletivamente pelo grupo.

O BRICS tem um importante destaque em relação à coordenação em foros e organismos internacionais e atua com ênfase em assuntos relacionados a governança política e econômico-financeira. Desde o início dos debates e da realização das primeiras reuniões de cúpula, o grupo chama a atenção para a diminuição das assimetrias existentes na esfera global bem como busca formas de minimiza-las. A partir daí importantes passos foram dados que permitiram o sucesso por exemplo na reforma das instituições de Bretton Woods, na criação do Novo Banco de Desenvolvimento e no Arranjo Contingente de Reservas.

Perante as Nações Unidas e suas ramificações específicas os BRICS também tem ocupado papel de relevância, principalmente no que tange à Organização Mundial de Saúde e também na defesa da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Além deste trabalho em prol do multilateralismo os BRICS também têm aprofundado os diálogos acerca das questões da agenda internacional.

Os BRICS com suas especificidades têm uma vasta variedade de agendas que o mantem forte e vivo perante o cenário internacional. Mais de 30 áreas são abrangidas pelos interesses do grupo e conseqüentemente estão sempre em cheque nas reuniões de cúpula dos países membros. Dentre elas, estão, energia, agricultura, cultura, governança, turismo, segurança, propriedade intelectual, economia e turismo. Tais temas tem direcionado o grupo para os fins almejados, tratando da realidade global com coerência e responsabilidade, que vão além do âmbito interno dos países e do grupo restritamente. O trabalho do grupo é um trabalho que atravessa fronteiras e busca dentro de suas possibilidades, tornar o mundo mais igualitário e acessível à todas as

nações, buscando através da concorrência sadia, maiores possibilidades para os países emergentes.

Os projetos voltados para a área econômico-financeira merecem destaque por serem instrumentos promissores, principalmente no que diz respeito aos interesses e objetivo do grupo. Muitas ações foram desenvolvidas nesse âmbito, essas ações desencadearam importantes instrumentos de especial relevo, como a criação do NBD e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), que visa oferecer apoio mútuo aos membros do BRICS em cenários de flutuação dos balanços de pagamento.

A próxima reunião que ocorrerá no Brasil, além de possibilitar, em diversas cidades do país, o diálogo para assuntos voltados para as mais de 30 áreas de cooperação do grupo, também permitirão que outras importantes atividades ocorram dentro das limítrofes nacionais, como o Festival de Cinema dos BRICS, Fórum Acadêmico, Festival Cultural, além de outras ações que acontecerão com o intuito de disseminar o diálogo intergrupar através das mais diversas ferramentas, políticas, econômicas e culturais.

A segunda década terá como marco os incrementos das ações originárias e o aprofundamento da cooperação multilateral e multissetorial.

Balço sobre avanços e desafios

A primeira década dos BRICS foi uma década de desafios, onde era preciso primeiramente conquistar espaço e fincar raízes, o que foi feito com maestria pelos membros do grupo. Mesmo com todos os percalços e dificuldades os BRICS desenvolveram mecanismos e ações que os tornaram cada vez mais forte e que os permitiu aproximar-se cada vez mais dos objetivos traçados inicialmente. Esse pensamento coletivo permitiu avanços que estavam além dos almejados a priori e que os permitiu atingir nações além das margens fronteiriças dos países membros.

Desde sua criação o grupo tem voltado suas atividades a duas vertentes: a realização e coordenação de reuniões e organismos internacionais, e a construção de agendas de cooperação que vão desde as parcerias formadas entre os próprios membros do grupo até a expansão dessas parcerias para com outros países emergentes. Os BRICS trazem seus defensores e opositores à sua criação e finalidade, pois o BRICS

pode, se continuar nessa perspectiva de junção de forças e potencialidades, alcançar em breve o objetivo almejado, que é o de fazer parte das grandes potências econômicas mundiais.

A outra vertente que aponta a criação do “grupo” como desnecessária, devido a grande discrepância no que tange às diferenças, políticas, sociais e econômicas de cada país, apresenta críticas e pontos negativos, referente à criação do grupo e sua finalidade apontando-o como desnecessário, e prejudicial para as economias dos países-membros. Baumann (2010) traz não só uma visão acadêmica do assunto, mas uma visão no âmbito de política global, pois através de possíveis complementaridades, possibilidades de ações conjuntas e a soma de forças, esse grupo tende a crescer podendo não somente ser um grupo de países com meras semelhanças, mas sim um grupo de potências unidas politicamente com a finalidade de cada um com seu potencial específico, atingir metas expressivas no âmbito internacional.

Sabe-se que as semelhanças entre os países BRICS principalmente quando nos referimos à extensão, realidades políticas e econômicas, necessidades sociais e pautas de comércio. Nos últimos anos vê-se uma crescente determinação dos mesmos em encontrar pontos comuns que os aproximem e facilitem a luta conjunta por uma fatia ainda maior no mercado e cenário internacional.

Os países têm semelhanças e diferenças importantes, isso pode ser observado quando se estuda o potencial destes no cenário internacional. Dentre as principais está o fato de nenhum deles possuir moeda conversível, de haver diferenças no grau de desenvolvimento capitalista entre eles, assim como os tocantes e realidades democráticas, além de outros.

O grupo BRICS, tem obtido crescente peso no cenário internacional, devido às peculiaridades apresentadas por suas economias, seja pelo tamanho ou pelo dinamismo. Algumas condições os qualificam e possibilitam participar de grupos internacionais de alto nível decisório, como sua ampla capacidade produtiva (agrícola, industrial e de serviços), que corresponde a seu potencial econômico. Há um certame de que existem muitas diferenças e semelhanças que aproximam os BRICS.

Independente da real capacidade dos BRICS transformarem a geografia econômica mundial, o importante é observar que se pensar os BRICS nas relações internacionais tornou-se umas das mais atraentes *trouvailles* analíticas dos últimos

anos e se torna ainda mais atraente por ter surgido através de uma indicação teórica de um estudioso e não por iniciativa dos próprios estados envolvidos.

A Rússia e a China, por si só, já apresentam características de países desenvolvidos, são detentoras de mísseis nucleares e alguma capacidade naval e aérea, mesmo não dispondo das mesmas condições de empreender operações navais ou aerotransportadas de grande porte, como os seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Uma superpotência só parece ter capacidade de ostentar esse título quando também dispõe de uma clara liderança tecnológica e certa dominação financeira, observa-se, no entanto, que dentre os BRICS nenhum possui moeda conversível apesar de alguns deles possuírem importante capacidade tecnológica.

Os BRICS apresentam grandes possibilidades na futura economia mundial, mesmo na atualidade aduzindo a diferentes modos de inserção, o Brasil e Rússia, como grandes fornecedores de produtos primários (commodities, agrícolas e energéticos), mas sendo bastante diferentes entre si, e a China e Índia, voltados para tecnologias inovadoras, mas com diferentes capacitações nos setores manufatureiros de serviços.

Após passarem, sem maiores “arranhões” pela crise de 2008, os BRICS demonstraram sua capacidade de coordenação de atividades no âmbito financeiro. Dentre os resultados mais importantes estão a consolidação do G20 financeiro em substituição ao G8 e a reestruturação do poder decisório do FMI. Todavia, as articulações políticas, financeiras, comerciais e ambientais vêm crescendo de forma considerável, influenciando diretamente na participação dos mesmos em grandes e importantes momentos da agenda internacional.

2. A Política Externa dos países BRICS

Dentro do contexto de política externa, os BRICS possuem estratégias distintas principalmente por se tratar de países com históricos diferenciados. Desde o fim da Guerra Fria novos rumos foram traçados pela grande maioria dos países e com isso as nações necessitaram se adaptar à nova realidade global trazendo assim novos rumos às suas políticas externas. Sendo assim, é importante entender como tais nações

funcionam internacionalmente, para a partir daí entender um pouco melhor as agendas e posicionamentos como grupo.

A Rússia após o fim da Guerra Fria e também após o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, assumiu, por consequência, responsabilidades anteriormente designadas à União Soviética, dentre elas, o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), contudo era necessário realizar um ajuste entre a extinta superpotência e sua sucessora fragilizada internacionalmente (FREIRE, 2017).

Quanto à economia, várias barreiras foram criadas para a evolução da Federação Russa, barreiras essas causadas pelas políticas de coletivização, desenvolvimento e produção aplicadas a esta no período da Guerra Fria, mas que precisavam ser reestruturados, visando um maior desenvolvimento horizontal do país (FREIRE, 2017).

Com o tempo a política externa russa tem passado por um processo de evolução tremendo, contando não somente com questões referentes a ajustes internos realizados, mas também com ações de cunho internacional. A Rússia tem se aguerrido a diversas atividades visionárias que tendem a reforçar sua participação e importância em Organismos Internacionais, com a Comunidade Europeia e com seus vizinhos. Mesmo com sua visão estratégica de ter uma participação cada vez mais ativa com sua vizinhança próxima, a solicitação de adesão ao Conselho da Europa, bem como com sua adesão à *Parceria para a Paz no âmbito da Organização do Atlântico Norte (OTAN)*, não trouxe os benefícios esperados ao processo de transição da Rússia (FREIRE, 2017).

Em meados dos anos 90, muito foi feito para garantir maior equilíbrio a Política Externa Russa. Dentre as principais ações para esse equilíbrio estava na identificação da necessidade em desenvolver relações mais estreitas com a China, a Índia e o Meio-Oriente. Além disso, as ações do governo estavam voltadas para reafirmar uma questão importante, a existência da ordem multipolar e participação efetiva e ciência das atuais mudanças pela Federação Russa (FREIRE, 2017).

A Rússia vinha trabalhando para a renovação do quadro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), enquanto fórum multilateral, e também buscado formas de fortificar a ideia de área de livre comércio, verificando possibilidades de avançar

para uma união econômica e integração da área. Apesar dos esforços lançados os trabalhos voltados para o CEI, isso não tem sido muito favorável para as políticas interna e externa russas. Contudo a Rússia tem buscado estreitar laços não só no que tange as questões econômicas, mas também a proximidade cultural e cooperação de cunho militar. Essas marcam as ações russas voltadas à fortificação do espaço russo no mundo pós-soviético (FREIRE, 2017).

A Federação Russa, em sua busca por demarcar seu espaço na nova realidade internacional, também busca formas de se aproximar e se abrir ao ocidente o que acontece com sua inclusão em diversos fóruns institucionais, isso se mantém até os dias atuais apesar de possuir contornos distintos dos iniciais. Toda essa ação visava desconstruir a rivalidade bipolar que marcou os anos de Guerra Fria. Com isso a Rússia assume um posicionamento autônomo no que se refere ao ocidente e mais assertivo frente ao CEI (FREIRE, 2017).

A participação russa dentro da política dos BRICS, pode alavancar possibilidades e ampliar mercados e áreas de atuação, principalmente no que tange às questões voltadas para políticas externas e participação econômica frente ao cenário global.

A República da Índia é vista como a mais populosa do mundo dentre os países com sistema político democrático, além de estar entre os quatro países com maior poder militar e ser uma das nações que mais contribuem com tropas voltadas para as Operações de Manutenção de Paz da ONU (CAMPOS, 2016).

De acordo com Mohan (2006) a Índia possui uma estratégia de ação internacional que atua de forma a dividir o mundo em 3 círculos semelhantes, em um se encontra sua vizinhança imediata, no segundo a vizinhança que se estendia, atravessava a Ásia e atinge o litoral do oceano Índico e o terceiro, que engloba o restante do cenário global. No entanto, Mohan (2006) considera que alguns problemas históricos referentes a separação do subcontinente do Sul da Ásia em vertentes religiosas, o surgimento de um novo país com características islâmicas (Paquistão), o declínio e perda de influência do sistema socialista que provocou declive econômico, não permitiram que o país obtivesse sucesso em seu anseio de inserção internacional.

A Índia possui umas das maiores economias da atualidade, podendo alcançar o segundo lugar mundial em poucos anos. O país concentrou sua estratégia de

crescimento em um mercado interno, em serviços e em produtos de alta tecnologia, fugindo da característica asiática voltada para exportação de bens manufaturados de baixo custo como também em mão de obra intensiva para o Ocidente. Essa estratégia permitiu ao país afastar-se das crises financeiras internacionais e aumentar seu grau de estabilidade econômica (CAMPOS, 2016).

No ano de 2015 o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi, realizou diversas viagens ao redor do mundo com o intuito de apresentar uma nova estratégia de inserção internacional da Índia, o programa “*Make in India*”. A estratégia estatal indiana voltada para as relações internacionais é separada tomando por base a participação deste em diferentes instituições internacionais como a União Africana, o G-20 Financeiro, a OTAN e a ONU, por exemplo. Além disso, a Índia tem uma atuação através de via bilateral, o que permite que o país tenha boas relações com países desenvolvidos e também com países em desenvolvimento, mas que despertam interesse do mesmo (CAMPOS, 2016).

O posicionamento indiano na Ordem Global é neutro, contudo utiliza como principalmente ferramenta para suas relações diplomáticas e também para a ampliação dos seus interesses internos, o *Soft Power*. Dentro deste contexto a neutralidade e utilização do *Soft Power* tornam as relações internacionais da Índia complexas, sendo necessário o aumento da necessidade de proteção de seus interesses e ampliação de sua cooperação (CAMPOS, 2016).

A República Popular da China, é o país mais populoso do mundo além de ser o 3º maior país do mundo em extensão (DUQING, Chen). O país pode ser denominado como subdesenvolvido devido a possuir um PIB per capita e um IDH que estão abaixo dos níveis considerados internacionalmente como altos, e isso ajuda a definir e demonstrar bastante sobre as posições Chinesas no cenário internacional (TRENTIN, 2019).

A política diplomática da China vem sendo desde sua fundação voltada para autonomia, independência e paz, desenvolvendo também de forma ativa relações bastante amistosas visando a igualdade e o benefício recíproco com diversos países, tratando de forma a reforçar a unidade e cooperação com países de terceiro mundo (DUQING, 2012).

A China tem como objetivos básicos de sua política exterior, o combate ao hegemonismo, a defesa da paz mundial, o desenvolvimento de cooperação amistosa com todos os demais países e a promoção a prosperidade conjunta. Ela busca respeitar de forma precisa os princípios que convergem sobre a coexistência pacífica de respeito mútuo a soberania e a integridade territorial, presando pela não agressão, não intervenção de assunto internos, igualdade e benefício recíproco além de buscar conviver harmoniosamente de forma a cooperar amistosamente com todos os países do mundo (DUQING, 2012).

Até meados de 2012 a China mantinha relações diplomáticas com mais de 130 países, além de obter relações comerciais com o mundo inteiro e deter participação ativa em mais de 380 organizações ou instituições internacionais (DUQING, 2012).

As ações atuais da China voltadas para a sua política externa dizem muito sobre os objetivos do país e onde pretendem chegar internacionalmente. O país possui grande capacidade econômica o que permite que o mesmo tenha bastante influência sobre as ações de outrem, além de vir estabelecendo um aumento significativo em seus investimentos nas Forças Armadas.

O relacionamento entre Chineses e o continente Europeu tem tido um aumento considerável nos últimos anos, isso devido à esfera comercial. Já com a África o gigante asiático tem trabalhado em ações voltadas principalmente para grandes investimentos em estrutura e empréstimos que buscam oferecer valores de juros menores do que os oferecidos pelo ocidente. Com os países da América do Sul a China tem se apresentado como um dos principais parceiros econômicos, tornando-se um dos mais importantes parceiros comerciais desses países (TRENTIN, 2019).

Após o final da década de 80 e início dos anos 90 a África do Sul passou por um processo interno de transformação que atingiu principalmente suas estruturas sociais econômicas e políticas. O declínio do *Apartheid* ofereceu condições que permitiram o país sair do isolamento no que tange ao Sistema Internacional. Nesse período várias sanções internacionais passaram a ser impostas ao sistema, sanções ~~essas~~ principalmente de cunho econômico. Vários países, entre eles Estados Unidos e Inglaterra, fecharam portas ao comércio com a África do Sul além de também de sugerirem o fim de investimentos externos e operações financeiras (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

A política externa do país no período de transição, após o fim do *Apartheid* e a eleição de Nelson Mandela (1990) para presidente, foi cunhada de “Nova diplomacia” onde suas diretivas apresentavam o país não como sendo uma extensão da Europa, mas como uma potência de características medianas, devidamente reconhecida por seus pares austrais. Os sul-africanos pretendiam alterar sua forma de influência regional, focando em questões econômicas e não mais em geopolítica, ou seja, a principal mudança na política regional tomou por base a expansão das economias da África do Sul para todo o continente (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

O continente africano se consolidou de forma natural como sendo o ponto central e primordial da política externa da África do Sul. As demandas voltadas para a realidade e necessidade continental foram assuntos frequentemente mencionados pelos governos Mandela, Mbeki (1999) e Zuma (2009). A política externa sul-africana atua prioritariamente em ações relacionadas à diplomacia continental, que permite de forma eficaz que a África do Sul se reaproximasse de seus vizinhos (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

O Brasil tem uma forte tradição diplomática, marcada pela negociação e diálogo. Isso pode ser constatado ao analisar a história e identificar que em pouquíssimas ocasiões o Brasil se envolveu efetivamente em uma guerra armada, sempre optando pela diplomacia para solucionar seus conflitos (BORELLI, 2017).

Acreditando na soberania dos estados, o Brasil preza pela autoridade individual dos estados para governar dentro de suas limítrofes e também para direcionar suas relações com os demais estados. Em consequência preza também pela autonomia na tomada de decisões e ações, sem que obtenha influência ou domínio por parte de outros estados. Foca na busca internacional por acordos e parcerias que possibilite auxiliar na promoção do desenvolvimento nacional. Voltado à soberania e autonomia o Brasil também tem como uma de suas primícias, que nenhum país tem o direito de intervir em questões de outrens, salvo quando autorizado pela Organização das Nações Unidas. Seria errado dizer que a política externa brasileira não sofreu nenhuma alteração ao longo do tempo, pois essa política faz parte de um sistema de políticas públicas que refletem interesses nacionais, além de sofrerem influência direta de elementos históricos, sociais e culturais (BORELLI, 2017).

Na América do Sul, a política externa brasileira teve grande influência de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Suas ações marcaram os

séculos XIX e XX, pois o mesmo com sua grande capacidade diplomática, participou das negociações fronteiriças e territoriais, além de trabalhar uma arquitetura política de certa forma estável e mais cordial com os vizinhos sul americanos (BORELLI, 2017).

Durante o período da 2ª Guerra Mundial o Brasil refletiu os esforços do governo de Getúlio Vargas que visava ampliar o espaço de ação internacional do país. O Brasil além de participar das conferências de paz, obteve assento rotativo no Conselho de Segurança da recém-criada ONU. Os anos 90 marcaram uma nova fase na política externa do Brasil, tendo em vista que nos 80 anos esta área política esteve fora das prioridades governamentais, os anos subsequentes foram marcados pela busca em aumentar a credibilidade brasileira no cenário internacional, principalmente no que diz respeito a temas voltados à economia e financia (BORELLI, 2017).

Nos anos 2000 o Brasil voltou suas forças para ações de diversificação de parcerias comerciais e políticas, dando maior prioridade aos países sul americanos e focando na integração regional, na integração com países do Sul político, e países em desenvolvimento, o que realmente caracterizou e permitiu arranjos políticos que trouxeram frutos importantes para o futuro internacional da política brasileira. A partir dessa ideia que grupos políticos importantes foram criados, como o BRICS, IBAS e UNASUL (BORELLI, 2017).

Apesar de apresentarem vertentes historicamente discrepantes, no que se refere a política externa, os BRICS também apresentam característica comuns que vem sendo utilizadas de forma sábia pelo grupo. A grande influência e liderança regional dos mesmos é um dos quesitos mais importantes, pois possibilita parcerias além das firmadas entre os 5 países envolvidos. As fortes economias dos países também é um quesito importante principalmente quando se reflete acerca dos anseios dos mesmos para o futuro, pois abre portas e da sustentabilidade para a tomada de decisão. Além, é claro, do importante papel dos países do grupo em organismos internacionais e em ações voltadas para a manutenção da paz.

Com as crises econômicas que ocorreram em meados dos anos 90, a ordem mundial não poderia fechar os olhos para o crescimento dos países emergentes. Esses até então não obtinham participação efetiva no G8, também conhecido como G7 +

Rússia, desse modo no final dos anos de 1990 foi criado o G20 que até o ano de 2008 não havia sido incluso uma reunião de chefes de Estado em seu cronograma.

A partir, no entanto, dos anos 2000, Brasil, Índia, China, África do Sul e México passaram a participar das reuniões do G8 (G8 + 5) como observadores, contudo não participavam efetivamente dos debates sobre os rumos da economia mundial. Em paralelo, em 2003, foi criado o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e no ano de 2006 ocorreu a primeira reunião dos ministros das relações exteriores de Brasil, Rússia, Índia e China. E assim foi assinalada a história dos BRICS, por um afunilamento do grau institucional do grupo, desde de junho de 2009, quando foi realizada I Cúpula em Ecaterimburgo na Rússia (RAMOS; GARCIA; PAUTASSO; RODRIGUES, 2018).

Além dos avanços institucionais do grupo, outros importantes passos foram sendo dados no decorrer dos anos. O processo de *outreach* foi algo citado desde a II Cúpula em Brasília, em 2010, e que foi citado explicitamente nos documentos finais das reuniões. No que tange a expansão das relações dos BRICS com outros Estados, é notável a importância do país anfitrião que além de organizar a agenda que será desenvolvida faz os convites para os países não membros (RAMOS; GARCIA; PAUTASSO; RODRIGUES, 2018).

Observa-se que a partir da V Cúpula realizada em Durban no ano 2013, em quase todas as reuniões houve o engajamento mais consistente do BRICS com outros países. Uma outra forma de *outreach* importante diz respeito a participação de outros atores quem vão além dos Estados dos BRICS. Há um importante destaque para atores empresariais, movimentos sociais e outros que tem desenvolvido articulações e encontros fora das cúpulas oficiais (RAMOS; GARCIA; PAUTASSO; RODRIGUES, 2018).

Cabe salientar também, que uma das principais prioridades dos 5 países envolvidos no BRICS são a garantia de uma liderança em âmbito regional. A capacidade dos mesmos em liderar processos regionais de integração pode auxiliar no protagonismo destes na arena global. Além disso, as questões voltadas a área de segurança internacional têm ganhado um papel de destaque nas reuniões oficiais do grupo (RAMOS; GARCIA; PAUTASSO; RODRIGUES, 2018).

3. BRICS na atualidade - Reuniões de Cúpula e Declarações (2018-2019)

Entre os dias 26 e 27 de julho de 2018, realizou-se em Joanesburgo a X Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e Governo dos BRICS. Essa reunião teve um importante papel no objetivo do grupo em ampliar suas ações voltadas para a ampliação dos laços com países tidos como emergentes e em vias de desenvolvimento. Mais de 20 nações convidadas participaram da reunião, sendo elas em sua maioria do continente africano (REVISTA EXAME, 2018).

O grupo como um todo aposta no multilateralismo, no livre comércio e em plataformas de cooperação que agreguem benefícios não somente aos países dos BRICS como também à demais nações. Dentre as principais concordâncias entre os países na reunião, estava o consenso de que o grupo pode ser um importante aliado no que tange a melhorias para o desenvolvimento do continente africano, voltados em especial para infraestruturas, industrialização e agricultura (REVISTA EXAME, 2018).

Apesar do grupo representar 40% da população global e ainda 23% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, outros aspectos além do econômico e político tiveram destaque. A criação de grupo de trabalho voltado para a paz e segurança, o aumento das parcerias para áreas como cultura, esporte e turismo, acordo de aviação e agenda direcionada para a igualdade de gênero, tiveram destaque na mesa de negociação (REVISTA EXAME, 2018).

Houve destaque ainda para a avaliação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBC) criado pelos BRICS em 2014, com intuito de financiar ações de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do grupo e em outras economias emergentes. Dentro desse contexto foi aprovado a criação de uma nova sede para a América que terá sua localização em São Paulo. Foi analisado também os desafios da quarta revolução industrial e também da evolução digital, e seus respectivos impactos dentro das relações socioeconômicas. O presidente sul-africano concluiu a reunião afirmando que “ao final, queremos ver um mundo que funcione sobre a base da cooperação, das soluções de mútuo benefício, a colaboração e a solidariedade” (REVISTA EXAME, 2018).

O documento oficial que resumiu os principais temas tratados na reunião realizada na cidade de Joanesburgo na África do Sul, foi dividido em 5 partes, que contêm 102 tópicos, onde os chefes de estados dos 5 países do grupo declararam suas posições frente a política, economia e questões sociais. O tema principal tratado no ano foi “*a abertura da economia à 4ª Revolução Industrial*”, que visa levar prosperidade a África do Sul. A primeira parte do documento traz, no entanto, informações gerais sobre os eventos. A segunda parte traz a reafirmação do compromisso com a democracia, a defesa da soberania e do desenvolvimento sustentável, e o fortalecimento das economias e segurança das nações. Trazem ainda o apoio do grupo à ONU e suas ações e papel fundamental para a manutenção da paz, enfatizando sua cooperação em manter a ordem mundial (BUZZO, 2018).

Contudo, enfatizam que a organização (ONU) e seu conselho de segurança precisam evoluir no sentido de dar maior representatividade aos países emergentes, protegendo-os contra conflitos e perturbações econômicas (BUZZO, 2018). Ratificam também a importância e o compromisso com a Agenda 2030, voltado para a sustentabilidade e inovação nas dimensões econômica, social e ambiental (BUZZO, 2018).

Saúdam ainda o progresso do Acordo de Paris, acordo esse que foi aprovado por 195 países com o intuito de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Condenam ataques terroristas de qualquer natureza e incentivam ações de combate aos mesmos. Em se tratando de terrorismo químico e biológico destacam a necessidade do lançamento de negociações multilaterais visando reprimir os atos, e responsabilizando qualquer entidade que cometa, financie ou organize tais ações (BUZZO, 2018).

A terceira parte do documento trata da cooperação dos BRICS para a paz internacional e expressa preocupação com os conflitos em andamento e também com a crescente tensão no Oriente Médio. Versam ainda que questão sobre a definição de Jerusalém como capital de Israel deve ser a última a ser discutida, referindo-se a casa Branca que transferiu sua embaixada para a cidade de Jerusalém. Versam que essa questão deve ser decidida em um status final entre Israel e Palestina e que por hora existem outros assuntos que são mais importantes como a preocupação com a violência morte de civis e seu impacto sobre mulheres e crianças, e a grave crise humanitária que se abate sobre a Faixa de Gaza (BUZZO, 2018).

Reafirmam o compromisso na resolução política do conflito da Síria, processo que tende a proteger a soberania do Estado e sua integridade territorial. Além disso condenam os ataques químicos ocorridos na região, solicitando que todas as investigações sejam feitas de forma abrangente e imparcial (BUZZO, 2018).

Além destes, citam também os conflitos do Iêmen, os tumultos na região do Golfo, os esforços por paz cada mais duradoura no Kuwait, o aumento do terrorismo no Afeganistão, e apelo para que todos os envolvidos cumpram suas obrigações no Programa Nuclear Iraniano. Parabenizam a Coreia do Norte pelas conquistas quanto a desnuclearização e expressam preocupação com a corrida armamentista espacial (BUZZO, 2018).

A quarta parte versa sobre recuperação econômica e governança global. Relata a possibilidade de que as economias em desenvolvimento sofram com oscilações nos preços e instabilidade financeira devido aos conflitos comerciais (guerra econômica entre Estados Unidos e China). Com a finalidade de evitar preocupações econômicas se colocam a favor da continuidade por parte dos países, de políticas fiscais responsáveis e equilibradas, que mantenham o contexto do G20 e do Financial Stability Board – FSB, que é um organismo que funciona de forma a coordenar diversos reguladores objetivando a implantação de políticas de supervisão na área financeira (BUZZO, 2018).

Chama atenção também para os objetivos do PartNIR (Partnership on New Industrial Revolution), que é a inovação, inclusão e investimento afim de maximizar oportunidades e de enfrentar os desafios oriundos da 4ª Revolução Industrial. Identifica que o desenvolvimento de novas habilidades facilitará a adaptação às novas transformações que surgirão em decorrência das mudanças tecnológicas globais. Reafirmam o papel da OMC (Organização Mundial do Comércio) em fornecer cada vez mais um ambiente econômico com características transparente, multilateral e inclusiva (BUZZO, 2018).

Argumentam sobre a África e a necessidade em se auxiliar no desenvolvimento do continente, principalmente no que tange a infraestrutura, industrialização e geração de empregos. E tratam da corrupção como sendo um mal que enfraquece os sistemas estatais, ameaçando assim o crescimento econômico e dificultando os investimentos internacionais (BUZZO, 2018).

Na quinta parte pode-se destacar o incentivo a cooperação pessoa-pessoa, voltado para o desenvolvimento inclusivo em todos os setores sociais. Elogiam os intercâmbios surgidos com os programas criados pelo BRICS, principalmente os voltados para áreas de educação, turismo, juventude, cultura, esportes, dentre outros. Destacam a água com uma prioridade global, e saúdam eventos voltados para a promoção da saúde da Organização Mundial da Saúde e por fim reconhecem a importância da cultura como fator impulsionador da 4ª Revolução Industrial (BUZZO, 2018).

A 11ª Reunião de Cúpula dos BRICS será sediada no Brasil, conforme anúncio ocorrido dia 30 de novembro de 2018, por meio de nota oficial, após a reunião do presidente brasileiro Michel Temer com os líderes do grupo na cidade de Buenos Aires, Argentina, onde ocorreu a cúpula do G20 (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Paralelamente à reunião, os chefes de estado dos BRICS se posicionaram sobre alguns temas importantes da atualidade. Reiteraram a constante preocupação com a expansão econômica global e a forma como está vem ocorrendo. Destacaram que há riscos se o movimento atualmente existente for mantido, sendo “menos equilibrada” e de aumento de retração e declararam que o caminho é o do diálogo e o da coordenação de políticas, com o espírito de parceria, em fóruns como o G20, para prevenir que alguns riscos potenciais se espalhem (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Versaram sobre o clima, comprometendo-se com a implementação do acordo de Paris. E instigaram os países desenvolvidos a auxiliarem financeiramente, com tecnologias e capacitação os países em desenvolvimento, no intuito de aumentar suas capacidades de adaptação e mitigação. Condenaram também qualquer ataque terrorista e suas formas e manifestações, independentemente de onde e quem os tenha cometidos. Defenderam o multilateralismo comercial com base nas regras e intermediações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Advogaram também a favor da constituição de uma rede de proteção financeira global que seja forte, com o FMI baseado em cotas e em seu centro recursos adequados, visando dar mais voz às economias emergentes e em desenvolvimento (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Pela terceira vez o Brasil será sede de uma reunião de cúpula dos BRICS. Em 2010 a mesma foi realizada em Brasília e no ano de 2014 ela ocorreu em Fortaleza. A reunião acontecerá entre os dias 13 e 14 de novembro de 2019 novamente na capital

federal. Sob o comando da presidência rotativa do Brasil, alguns assuntos são prioridades dentro da agenda 2019. Acordos de cooperação voltados as áreas de tecnologia, ciência e inovação estão os principais assuntos, além também de incentivos para economia digital, aos financiamentos para atividades produtivas e combate a ilícitos transnacionais Além dos assuntos supramencionados, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), também conhecido como Banco dos BRICS deverá até dezembro do corrente ano abrir o escritório regional no Brasil, que será localizado na cidade de São Paulo. O objetivo do banco é financiar projetos que tendem a desenvolver infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países-membros do grupo, aproximando-o de seus potenciais beneficiários no Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Antes desta cúpula que será sediada pelo Brasil, ocorrerá uma prévia reunião durante a cúpula do G20 que ocorrerá em junho, na cidade Osaka, no Japão. Em julho correrá um encontro dos chanceleres do BRICS no Rio de Janeiro e em setembro um novo encontro durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

A primeira reunião no Brasil, que marcou o início das atividades formais da presidência temporária do BRICS ocorreu em Curitiba, entre os dias 13 e 15 de março. Neste encontro, os *sherpas*, ou seja, os ministros encarregados pelos BRICS por suas respectivas chancelarias, discutiram as prioridades para o ano de 2019 O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, abriu a reunião em Curitiba fazendo menção à Venezuela. Ernesto pediu a atenção dos demais diplomatas presentes para as precárias circunstâncias em que vive a Venezuela e com isso cobrou uma participação mais efetiva do grupo em encontrar soluções que conduzam o povo venezuelano à felicidade. Apesar das opiniões entre os países BRICS serem discrepantes entre si, a diplomacia brasileira considera que embora não ter havido nenhum comentário a mais sobre o tema Venezuela no decorrer da reunião, fica a sensação de abertura para o retorno ao tema Até a cúpula que ocorrerá em novembro, muitas outras reuniões deverão ocorrer, inclusive em nível ministerial, e com isso muito outros temas importantes poderão ser anexados à agenda BRICS para o ano de 2019 (CORREIO BRAZILIENSE, 2019).

Conclusão

Com a apresentação e desenvolvimento dos assuntos referentes aos BRICS e seu desenvolvimento no decorrer dos anos, podemos inferir que o mesmo tem passado por um processo de crescimento e transformação enormes. Os dados apresentados trazem uma boa perspectiva no tange ao futuro do grupo e suas ambições.

As Reuniões de Cúpula que no início tinham como principal objetivo unificar ideias e formar uma identidade no intuito de que juntos pudessem pleitear um maior espaço perante o cenário global, foi tomando forma e a partir daí dando importantes passos de cunho político, econômico e social. Com isso o grupo também se fortaleceu para lidar com problemas internacionais notórios e que estes com sendo também países emergentes, poderiam juntos estar à frente da luta por maior participação destes nas relações internacionais.

O grupo tem evoluído economicamente, angariando parcerias regionais em seus respectivos continentes que podem e vão auxiliar no crescimento do BRICS como grupo. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento, de políticas sociais voltadas a cultura, turismo, desenvolvimento e tecnologias tanto para os 5 países do grupo, quanto para outros países, faz com que o BRICS cada vez mais se fortaleça e seja um importante canal para que as lutas dos países menos influentes cheguem aos grandes fóruns internacionais.

Suas políticas externas bem peculiares mostram que o grupo, apesar de possuir características distintas, são dentro das suas respectivas regiões líderes importantes. Essa liderança, no entanto, tem o dever de servir como canal de comunicação entre os países mais pobres e os organismos internacionais, buscando maior igualdade e paridade entre as nações.

As últimas reuniões de cúpulas são reflexo desse anseio dos BRICS em auxiliar na participação dos emergentes no cenário internacional. Com essa participação e com ações para pôr em prática tudo aquilo que vem sendo acordado nas cúpulas, muito será feito para que estes atinjam o objetivo de desenvolver cada vez mais suas economias e nações e trazer consigo outros países que necessitam evoluir principalmente nas questões sociais.

A Reunião de Cúpula que ocorrerá no Brasil, em novembro de 2019, tem o importante papel de trazer novas opções para os assuntos tratados na reunião anterior realizada em Joanesburgo, em 2018. Os países africanos presentes nesta reunião se mostraram propensos a auxiliar e principalmente receber auxílio do grupo tendo-o como ponte para questões econômicas e sociais importantes para o seu maior desenvolvimento, principalmente humano.

Além disso a reunião no Brasil trará uma maior visibilidade para os países da América do Sul e Central, podendo com o fim da mesma, trazer importantes resoluções e acordos para que esta região possa também ter maior visibilidade e com isso possa se desenvolver, trazendo maior qualidade de vida e poder econômico às nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil vai sediar Cúpula do BRICS em novembro**. Publicado em 13 de março de 2019. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-vai-sediar-cupula-do-brics-em-novembro>> acessado em 20 de maio de 2019 às 14h.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil sediará 11ª Cúpula do BRICS em 2019**. Publicado em 30 de novembro de 2018. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-11/brasil-sediara-11a-cupula-do-brics-em-2019>> acessado em 20 de maio de 2019 às 14h.

BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política**. CEPAL/IPEA, 2010. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1396-o-brasil-os-demais-brics-comercio-politica>> . Acesso em: 24 Ago 2018.

BORELLI, Patrícia. **Política Externa Brasileira**, O politize, janeiro 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politica-externa-brasileira-principios-historia/>>.

BUZZO, Rafael, **BRICS 2018: 10º Cúpula e os Principais Tópicos na Declaração de Joanesburgo**, JRI – Jornal de Relações Internacionais, Agosto 2018 - N. 8, V. 2. - <<https://jornalri.com.br/2018/brics-2018-10o-cupula-e-os-principais-topicos-na-declaracao-de-joanesburgo>> acessado em 29 de maio de 2019, às 16h30.

CAMPOS, André S. **A dimensão global da política externa indiana**. Editoria Mundorama. - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais [Acessado em 04/02/2019]. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=19184>>.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasil inicia agenda de trabalhos para cúpula dos BRICS em Curitiba**. Publicado em 12 de março de 2019. <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/12/internas_economia,742494/brasil-inicia-agenda-de-trabalhos-para-a-cupula-dos-brics-em-curitiba.shtml> acessado em 20 de maio de 2019 às 14h.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 1-12, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf/at_download/file>.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação.
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-11/brasil-sediara-11a-cupula-dobrics-em-2019>> acessado em 13 de março de 2019, às 19h.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em encontro em Curitiba, Brasil põe Venezuela na agenda do BRICS.** Publicado em 14 de março de 2019.
<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/em-encontro-em-curitiba-brasil-poe-venezuela-na-agenda-do-brics.shtml>> acessado em 20 de maio de 2019 às 14h.

FREIRE, Maria Raquel. **A política externa russa no espaço Euro-Atlântico – Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado**, 2017. Capítulo I – A Evolução da Política Externa Russa, p. 29-55.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 27 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3371-v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini>> acessado em 16 de fevereiro de 2019, às 11h45.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Nota 153 de 15 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>> acessado em 16 de fevereiro de 2019, às 12h00.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>> acessado em 16 de fevereiro de 2019, às 12h.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Nota 280 de 09 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10465-vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015>> acessado em 16 de fevereiro de 2019, às 12h30.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Nota 300 de 04 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>> acessado em 16 de fevereiro de 2019, às 12h45.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Nota 392 de 11 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14912-viii-cupula-do-brics-goia-india-15-e-16-de-outubro-de-2016>> acessado em 16 de fevereiro

de 2019, às 12h45.

MOHAN, C. Raja. **India and the balance of power**. *Foreign Affairs*, v.85, n.4, p. 17-32, julho de 2006.

RAMOS, Leonardo César Souza, GRACIA, Ana Elisa Saggiaro, PAUTASSO, Diego e RODRIGUES, Fernanda Cristina Ribeiro. **Adensamento institucional e outreach: um breve balanço dos BRICS**. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte. V. 13, n. 3, 2018, p. 5-26. Disponível em <file:///C:/Users/thiagocs21/Downloads/727-Texto%20do%20artigo-3171-1-10-20181228.pdf>

REVISTA EXAME, Economia, **Brics encerram cúpula com intuito de ampliar laços com países emergentes**, de 27 jul 2018, 15h42 - <https://exame.abril.com.br/economia/brics-encerram-cupula-com-intuito-de-ampliar-lacos-com-paises-emergentes/> acessado em 29 de maio de 2019, às 15h.

RIZZI, Kamilla Raquel e SCHUTZ, Nathaly Xavier. **Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional**. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. V. 3, n. 5, Jan-Jun. 2014, p. 181-201.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global. 2017**. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/BRICS-Futuro-Global-Oliver-tuenkel/dp/8577533603> Acesso em: 24 Ago 2018.

TERRA. <http://economia.terra.com.br/infograficos/brics/> acessado em 15 de fevereiro de 2019, às 13h16.

TRENTIN, Diego. **A política externa da China**, O politize, janeiro 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politica-externa-da-china-entenda/>